



Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



**TERMO DE CONTRATO Nº 107.1.01/2021/CPL**

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 107.1.01/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO - PB E A EMPRESA GAMA SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA-EPP.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**, Estado da Paraíba, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PB**, com sede na Rua João Minervino Dutra de Almeida, 202, Centro, Monteiro - PB, inscrito no CNPJ sob o nº 11.214.763/0001-51, neste ato representado pela Gestora, **ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO**, brasileira, paraibana, casada, residente à Rua Carlos Ferreira de Moura, nesta cidade de Monteiro - PB, portador do CPF nº. 042.576.494-02 e da Cédula e Identidade Civil RG Nº. 2.6.80.735 SSP/PB, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) empresa **GAMA SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA-EPP** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.871.427/0001-60 sediado(a) na Rua João Da Silva Pimentel, 391, CEP 58.401.282, Campina Grande/PB Doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **RÔMULO LOPES GAMA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº RG 1570305 SSP/PB, e CPF nº CPF 000.787.024-88, tendo em vista o que consta no **Processo nº 0107/2021** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **0.10.87/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE FORMA GERAL, ESTABELECIDA A NO MÁXIMO 200KM RODOVIÁRIO A PARTIR DO CENTRO DE MONTEIRO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE DE CENTRAL DE SAÚDE DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

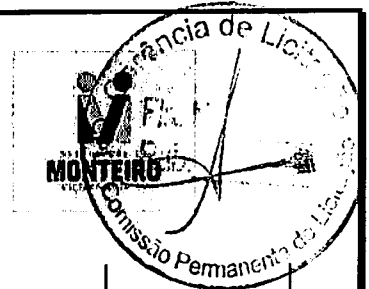
1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

LICITANTE: GAMA SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA-EPP CNPJ23.871.427/0001-60						
GRUPO 1 - TOMOGRAFIA						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNT	VLR TOTAL
1	CRÂNIO (MASTÓIDE E OUVIDO) COM SEDAÇÃO	GAMA IMAGEM	UNID	25	R\$ 756,00	R\$ 18.900,00
2	PESCOÇO	GAMA IMAGEM	UNID	5	R\$ 297,00	R\$ 1.485,00
3	ABDOME SUPERIOR	GAMA IMAGEM	UNID	25	R\$ 390,00	R\$ 9.750,00



Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



4	ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR (CADA MEMBRO)	GAMA IMAGEM	UNID	5	R\$ 315,00	R\$ 1.575,00
5	CELA TURCICA	GAMA IMAGEM	UNID	5	R\$ 288,00	R\$ 1.440,00
6	COLUNA CERVICAL	GAMA IMAGEM	UNID	5	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
7	TORAX	GAMA IMAGEM	UNID	25	R\$ 311,00	R\$ 7.775,00
8	ABDOME INFERIOR COM CONTRASTE	GAMA IMAGEM	UNID	50	R\$ 384,00	R\$ 19.200,00
9	ABDOME SUPERIOR COM CONTRASTE	GAMA IMAGEM	UNID	25	R\$ 440,00	R\$ 11.000,00
10	COXA DIREITA COM CONTRASTE	GAMA IMAGEM	UNID	25	R\$ 437,00	R\$ 10.925,00
11	CRÂNIO COM CONTRASTE	GAMA IMAGEM	UNID	5	R\$ 478,00	R\$ 2.390,00
12	TORÁX COM CONTRASTE	GAMA IMAGEM	UNID	25	R\$ 405,00	R\$ 10.125,00
13	TORÁX COM SEDAÇÃO E SEM CONTRASTE	GAMA IMAGEM	UNID	25	R\$ 727,00	R\$ 18.175,00
<b>VLR TOTAL</b>						<b>R\$ 114.240,00</b>

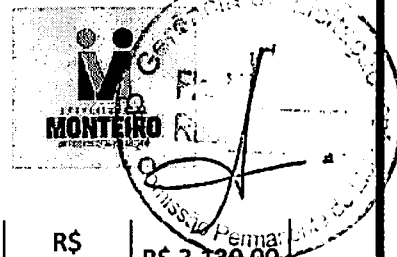
**LICITANTE: GAMA SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA-EPP CNPJ23.871.427/0001-60**

**GRUPO 2 - RESSONÂNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QUANT 50%	VLR UNIT	VLR TOTAL 50%
14	CRÂNIO	10863	UNID	50	R\$ 731,00	R\$ 36.550,00
15	OUVIDO (CRÂNIO) SEM SEDAÇÃO	10863	UNID	5	R\$ 626,00	R\$ 3.130,00
16	ARTICULAR (POR ARTICULAÇÃO) CADA ARTICULAÇÃO	10863	UNID	2	R\$ 626,00	R\$ 1.252,00
17	BACIA	10863	UNID	25	R\$ 730,00	R\$ 18.250,00
18	COLUNA LOMBO-SACRO	10863	UNID	25	R\$ 725,00	R\$ 18.125,00
19	ABDOME SUPERIOR (FÍGADO, PÂNCREAS, BAÇO, RINS, SUPRAR RENAI E RETROPERITÔNIO)	10863	UNID	25	R\$ 813,00	R\$ 20.325,00
20	ANGIO RM CRÂNIO OU PESCOÇO OU TORAX OU ABDOME SUPERIOR OU PELVE (ARTERIAL OU VENOSA)	10863	UNID	5	R\$ 753,00	R\$ 3.765,00
21	ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR	10863	UNID	5	R\$ 626,00	R\$ 3.130,00
22	BACIA (ARTICULAÇÕES SACROILIÁTICAS)	10863	UNID	5	R\$ 626,00	R\$ 3.130,00
23	COLUNA CERVICAL	10863	UNID	25	R\$ 725,00	R\$ 18.125,00



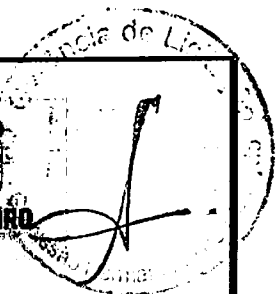
Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



24	COLUNA CERVICAL OU DORSAL OU LOMBAR	10863	UNID	5	R\$ 626,00	R\$ 3.130,00
25	COLUNA CERVICAL COM CONTRASTE	10863	UNID	5	R\$ 710,00	R\$ 3.550,00
26	COLUNA TORÁCICA	10863		25	R\$ 725,00	R\$ 18.125,00
27	COXA (UNILATERAL)	10863	UNID	5	R\$ 643,33	R\$ 3.216,65
28	CRÂNIO (MASTOIDE E OUVIDO) COM SEDAÇÃO	10863	UNID	5	R\$ 1.150,00	R\$ 5.750,00
29	CRÂNIO COM CONTRASTE	10863	UNID	5	R\$ 798,00	R\$ 3.990,00
30	FACE (INCLUI SEIOS DA FACE)	10863	UNID	5	R\$ 626,00	R\$ 3.130,00
31	MÃO (NÃO INCLUI PUNHO)	10863	UNID	5	R\$ 633,00	R\$ 3.165,00
32	MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL (NÃO INCLUI MÃO E ARTICULAÇÕES)	10863	UNID	5	R\$ 626,00	R\$ 3.130,00
33	PÉ DIREITO	10863	UNID	2	R\$ 643,00	R\$ 1.286,00
34	PÉ ESQUERDO	10863	UNID	2	R\$ 609,00	R\$ 1.218,00
35	PELVE, NÃO INCLUI ARTICULAÇÕES COXOFEMURAS	10863	UNID	5	R\$ 709,00	R\$ 3.545,00
36	PERNA (UNILATERAL)	10863	UNID	5	R\$ 627,00	R\$ 3.135,00
37	PESCOÇO (NASOFARINGE LARINGE, TRAQUEIA, TIREOIDE E PARATIREOIDE)	10863	UNID	5	R\$ 676,00	R\$ 3.380,00
38	PLEXO BRANQUIAL (DESFILADEIRO TORÁCICO)	10863	UNID	2	R\$ 644,00	R\$ 1.288,00
39	PLEXO BRANQUIAL (NÃO INCLUI COLUNA CERVICAL OU LOMBAR - COM OU SEM CONTRASTE)	10863	UNID	2	R\$ 678,00	R\$ 1.356,00
40	SELA TÚRCICA	10863	UNID	2	R\$ 693,00	R\$ 1.386,00
41	VIAS BILIARES	10863	UNID	5	R\$ 839,00	R\$ 4.195,00
VALOR TOTAL						R\$ 193.757,65



Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 25/10/2021 e encerramento em 25/10/2022 prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Deve-se observar que a vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 307.997,65 (trezentos e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

**Órgão:** 14 - Secretaria Municipal de Saúde

**Unidade Orçamentária:** 014 - Fundo Municipal de Saúde

**Programa de Trabalho:** 10.301.1010.2074- Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

**Natureza da Despesa:** 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

**Fonte de Recurso:** 1214 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, conforme disposto no artigo 40, XIV, “a”, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

~~5.2.~~ Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela



Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário, no prazo de 03 (três dias) após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5 (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

7.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.2.2. Seguro-garantia;

7.2.3. Fiança bancária.

7.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no Banco do Brasil com correção monetária, em favor do contratante.

7.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

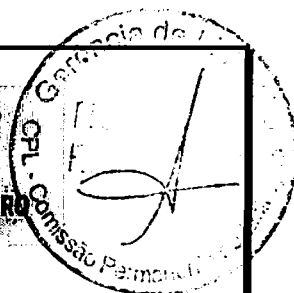
7.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.1. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).



Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



**8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- 16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

- 17.1. É eleito o Foro da Monteiro – PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Monteiro – PB, 25 de outubro de 2021

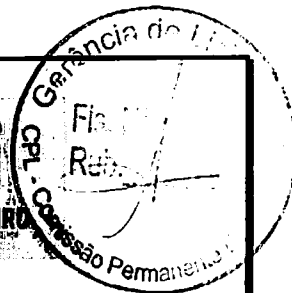
  
\_\_\_\_\_  
ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO  
CONTRATANTE

ROMULO LOPES GAMA: \_\_\_\_\_  
00078702488 \_\_\_\_\_  
GAMA SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA-EPP  
23.871.427/0001-60  
RÔMULO LOPES GAMA  
Responsável legal da CONTRATADA





Estado da Paraíba  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO**  
Comissão Permanente de Licitação



TESTEMUNHAS:

Nome Completo: Luana Rodel Martins Romão

CPF: 074.527.064-63

Nome Completo: João Guilherme Vitor do Silva Junior

CPF: 083.638.564-10

A